

## Isabella Batalha Muniz Barbosa

É arquiteta-urbanista

/// A Praça do Cauê não será a primeira nem a última a morrer literalmente. Ela deveria ser valorizada como bem público e de fruição da cidadania

### *A morte da praça*

Como arquiteta, talvez possa parecer presunçoso emitir opinião diante de um paradigma já anunciado: a morte da Praça do Cauê prevista para este ano. Considerando que tal destino apoia-se na justificativa de dar vazão ao caótico tráfego de acesso à 3ª Ponte, mesmo que estudos mostrem não ser esta a solução definitiva para o problema, fato é que esta sentença já vem sendo executada há algum tempo, de forma gradativa.

Vale relatar a sua trajetória histórica. A princípio, o desenho integrava-se harmonicamente com o final da Reta da Penha, eixo viário proposto pelo engenheiro Saturnino de Brito, e à praia de Santa Helena, o que proporcionava grande conforto ambiental e visual.

Na década de 1970, a praça não era fechada e integrava-se ao bairro, favorecendo encontro da juventude local. Posteriormente, com o aumento da violência, a praça foi murada, ganhou uma quadra de tênis e um playground onde a brincadeira se desenrolava à sombra de um arvoredo. Em 2010, a prefeitura fez com que a praça se tornasse uma rotatória de veículos para acesso à 3ª Ponte.

A partir daí, inicia-se o processo de morte iminente do espaço público: os

moradores e as mães que cotidianamente levavam seus filhos à praça deixaram de fazê-lo, pois já não mais se animavam a cruzar os carros em meio ao barulho e à poluição dos gases emitidos pelas centenas de veículos e coletivos, fora o risco de serem atropelados. O poder público deixou de cuidá-la, sem que houvesse manutenção das suas plantas e jardins, sem funcionários a zelar por ela e pela segurança. Enfim, entregue à própria sorte.

Estes procedimentos fizeram com que a praça fosse esvaziada lentamente até que se asfexasse. Deixá-la propositalmente à deriva, seu fim se torna menos trágico, posto que os cidadãos já se tornam indiferentes. Os valores culturais são porta-vozes de identidade, a praça deve ser valorizada como bem público e de fruição da cidadania, portanto, há que prevalecer a noção de bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses.

As intervenções urbanas devem privilegiar critérios que possibilitem a sua sustentabilidade pressupondo um projeto coletivo. O que se questiona é justamente o porquê de sempre optar-se pela estratégia mais fácil: a perda do espaço público em detrimento de um planejamento prévio ou alternativo pensado a médio e longo prazo? A solução vem sempre como avalanche: mata-se a praça como último recurso do despautério do “não” planejamento. A Praça do Cauê não será a primeira nem a última a morrer literalmente.